



Embaixador Luciano Ozório Rosa

Conflitos na Argélia, no contexto das Ameaças Assimétricas/Híbridas



O Embaixador Luciano Ozório Rosa é Diplomata de carreira aposentado após 49 anos de serviço ativo, foi Chefe da Divisão do Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores e serviu na Itália, Bélgica, Egito, Argentina, Holanda, Moçambique, Líbia e Hungria, havendo sido Embaixador nestes três últimos países. É Oficial da Reserva da Marinha (CFN) e membro do Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Introdução

Em 22 de fevereiro de 2021 manifestações públicas nos principais centros urbanos argelinos marcaram o segundo aniversário do movimento que impediu a continuação no poder de um presidente física e mentalmente incapacitado que postulava o seu quinto mandato sucessivo, forçando a convocação de eleições. A elevada abstenção no pleito de dezembro de 2019, que elegeu um ex-Primeiro Ministro e ex-Ministro da Habitação, Abdelmajide Tebune, e a ainda menor participação popular no *referendum* da nova Constituição, mesmo assim promulgada em janeiro do corrente ano, constituem claros sintomas da insatisfação generalizada e da crise de legitimidade que afetam o atual Governo.

Uma trégua tácita havia sido observada naquele primeiro ano de pandemia mas as agitações semanais voltavam a ocorrer e não davam sinais de enfraquecimento. A degradação econômica, as restrições à liberdade de expressão e a frustração das expectativas de mudança após a queda de Bouteflika seriam as principais motivações do ressurgimento do *Hirak*¹.

Problemas estruturais não resolvidos e a volatilidade dos preços do petróleo, principal ativo econômico do país, alinhavam-se entre os fatores que impediam o afrouxamento do controle social das Forças Armadas as quais favoreceria a garantia da liberdade de expressão e da livre associação de pessoas.

A ameaça do extremismo islâmico, por outro lado, continuava a exigir dos agentes de defesa do Estado vigilância constante e suscita intensa cooperação internacional, particularmente por parte dos serviços de inteligência norte-americanos e franceses, muito atuantes no Sahel.

Privilegiar o relacionamento com a União Européia, que seria o caminho natural pelos conhecidos motivos históricos, geográficos e econômicos padece, no ponto de visão de Argel, de uma “assimetria estrutural” e o longamente esperado Acordo de Livre Comércio que deveria ter entrado em vigor em setembro último sofreu novo adiamento.

Nesses mesmos 15 anos, a presença chinesa na Argélia experimentou salto extraordinário. Os investimentos e contratos de empresas da República Popular da China (RPC) na Argélia entre 2005 e 2020 superaram os US\$ 25 bilhões. Empreiteiras chinesas estão envolvidas na construção de dezenas de milhares de habitações populares e projetos de saneamento básicos, além de haver edificado prédios públicos de grande visibilidade. Cerca de um milhar de companhias da RPC operam hoje na Argélia, que não constitui o único parceiro da China naquela região. O intercâmbio comercial, turístico, econômico e cultural com o Reino do Marrocos vem crescendo de forma sustentada nos anos recentes. Consórcios chineses têm levado avante importantes projetos de desenvolvimento naquele país vizinho,

¹Movimento de contestação civil pró-democracia iniciado na Argélia em 2019 em protesto à tentativa de recondução para um quinto mandato do então Presidente Abdelaziz Bouteflika, no poder desde 2000.

particularmente na montagem de parques de energia solar, e a partir de 2011 os investimentos diretos da China no Marrocos aumentaram em 200%. Na Tunísia, igualmente, observa-se um notável aumento da atividade financeira e tecnológica de operadores chineses.

A Argélia mantém com Moscou as tradicionais ligações comerciais consolidadas com a URSS, especialmente no campo do material militar, mas a queda de Bouteflika abriu oportunidade para que o Pentágono se posicionasse para contrabalançar a presença russa e conter o expansionismo chinês. Em outubro de 2020, ainda na gestão Trump, Mark Esper, no quadro de uma viagem de trabalho aos vizinhos Marrocos e Tunísia, desembarcou em Argel: primeira viagem à Argélia de um Secretário da Defesa norte-americano desde 2006.

Não se pode garantir, por outro lado, que um ou mais Estados muçulmanos manobre este ou outro grupo fundamentalista para seus objetivos, entretanto é certo que algum apoio esse tipo de movimento recebe de fontes externas, islâmicas ou não. Ainda mais certo é admitir que a utopia do retorno à idealizada pureza dos costumes e ações de Maomé e seus apóstolos no século VIII de nossa era constitui, no Norte da África e no Oriente Médio, fator de aglutinação social e canalização de anseios populares mais poderoso do que as desacreditadas ideologias laicas ou os desidratados e desestruturados partidos políticos de matriz secular.

História recente da Argélia

Figura 1: Bandeira da Argélia



Fonte: <<https://img.elo7.com.br/product/original/268A96B/bandeira-adesiva-da-argelia-7-5-x-10-cm-adesivo.jpg/>>

O processo de descolonização da Argélia seguiu um caminho longo e áspero. A França, que iniciou a ocupação colonial em 1830 insistia em considerá-la parte integrante do seu território mas viu-se forçada a optar pela autodeterminação

²Os primeiros movimentos populares de contestação às autoridades após a independência ocorreram em Argel e na província de Cabila em abril de 1980, quando milhares de manifestantes reivindicaram o reconhecimento da língua (*tamazight*) e identidade berbere. Centenas de prisões foram decretadas, e se registraram muitos feridos e alguns mortos, bem como ocupação das universidades e liceus que insistiam no ensino do idioma berbere. O então presidente Chadli Benjedid reiterou que a Argélia era um país “árabe, muçulmano e argelino”, o que não satisfez os rebeldes. Em 1988 eclodiram em vários pontos do país agitações populares que resultaram na intervenção do Exército, declaração de Estado de Sítio e convocação de reservistas. Houve mais de 500 mortos. Milhares de manifestantes foram presos, e, segundo relatos, muitos torturados nos cárceres.

após uma sangrenta guerra de libertação iniciada em 1954 e protagonizada pelos nacionalistas da Frente Nacional de Libertação - FLN.

A República Popular Democrática da Argélia, proclamada em 1962 após eleições em que a FLN se apresentou como partido único, condição que manter até 1989, conheceu momentos traumáticos na transição e uma evolução política tumultuada que prevalece até nossos dias.

Figura 2: Ahmed Ben-Bella



Fonte: <<https://alchetron.com/cdn/ahmed-ben-bella-99f0b86f-7b68-49d2-affd-94ebed3a5b6-resize-750.jpeg/>>

Ahmed Ben-Bella, um dos fundadores da FLN, exerceu a primeira Chefia de Governo com uma Constituição de matriz socialista, porém foi deposto em 1965 pelo General Houari Boumédiène, que o manteve em reclusão nos 14 anos subsequentes. Boumédiène prosseguiu na rota da planificação da economia e fortalecimento da burocracia estatal.

Com o falecimento do General em 1978, ascendeu ao poder um protegido seu e então Ministro da Defesa, o Coronel Chadli Benjedid, que tentara empreender um projeto de liberalização econômica e política durante os 13 anos de seu Governo. Paralelamente, a revolução dos aiatolás no Irã encoraja a militância islâmica e induz o engrossamento de suas fileiras com os jovens desiludidos pelo não cumprimento das expectativas geradas pela independência. Surgem as primeiras revoltas populares, reprimidas pelo Exército com brutalidade².

A crise política e social desemboca na feitura de uma nova Constituição. Sob sua égide realizaram-se as eleições, mas a vitória no primeiro turno da Frente Islâmica de Salvação (FIS), que postula um Estado Islâmico e renega a opção democrática, mergulhara o país num confronto de extrema violência entre os fundamentalistas muçulmanos, ansiosos em colocar em prática seu projeto político, e os setores laicos e moderados da população (1992). Benjedid se demite e as Forças Armadas assumem diretamente as rédeas do Governo: cancelam o segundo turno das eleições, declaram Estado de Sítio e determinam a dissolução da FIS.

Privada de seu canal de expressão política, a corrente mais extremista do FIS reagrupa-se numa organização clandestina – o Grupo Islâmico Armado (GIA) que comete atos

terroristas de grande repercussão internacional, na Argélia e na própria ex-metrópole francesa, onde reside expressiva diáspora argelina³.

Para não perder de vez o controle da situação, as Forças Armadas conclamam novas eleições que em novembro de 1995 sufragaram como Presidente o General Liamine Zéroual. A anistia concedida aos “terroristas arrependidos” desarticula o GIA mas não impede renitentes de prosseguir a contestação violenta em todo o país, agora sob a égide do Grupo Salafista para a Prédica e o Combate - GSPC⁴ e outros movimentos menores.

Concluído o mandato de Zéroual, as eleições de 1999, singularizadas pela desistência dos demais candidatos, elevaram à presidência o ex-chanceler Abdelaziz Bouteflika, que submete com sucesso a referendun popular uma “lei de concórdia civil”. Muitos grupos armados depõem suas armas, mas não todos. Remanescentes do GSPC insistem na guerrilha terrorista. Entre 1992 e 2000 mais de 80 mil civis pereceram nesses conflitos internos.

Em tão conturbada atmosfera política Bouteflika reelege-se em 2004 e consegue alterar a Constituição para obter, em 2009, seu terceiro mandato. Em 2013, vítima de um AVC, tem suas capacidades de locomoção e locução afetadas, mas, ainda assim, por um sistema eleitoral ostensivamente viciado, lhe é atribuído um quarto mandato em 2014.

Figura 3: Abdelaziz Bouteflika



Fonte: <http://s1.lprs1.fr/images/2017/02/21/6698676_98b5698b08a-6d270bc9a2fe92595b095fd6209e9.jpg/>

Eis que em 2019, a tentativa dos seus sequazes de mantê-lo no poder por um quinto período desencadeia a onda de protestos populares — que recebe o cognome de *Hirak* (em árabe, “movimento”) — com participação maciça de estudantes, os quais se juntam a diferentes segmentos sociais

³Os atentados a bomba reivindicados pelo GIA em território francês tiveram grande intensidade em 1995, priorizando como alvo os sistemas de transportes públicos em Paris e Lyon, mercados e uma escola judaica. Um comunicado do então líder do GIA entregue no Cairo a uma agência internacional de notícias definia os ataques como punição à França por apoiar o Governo da Argélia.

⁴O GSPC (*Groupe Salafiste pour la Prédication et le Combat*) constituiu-se de antigos militantes do GIA que recusaram a oferta de anistia avançada pelo Governo argelino. Postula o retorno aos costumes e valores muçulmanos ancestrais (=salaf), incorporados nas práticas atribuídas a Maomé e seus apóstolos e primeiros sucessores. Com o expurgo em 2003 do seu fundador o grupo se alinhou em 2007 ao Al-Qaeda, proclamando como objetivo comum a luta contra os interesses norte-americanos e franceses no noroeste africano e mudou a denominação para *AQIM - Al Qaeda in the Islamic Magreb*.

do país. Em abril daquele ano Bouteflika vê-se forçado a retirar sua postulação.

Novas eleições se realizam em dezembro de 2019. Apresentam-se cinco candidatos, todos próceres do regime, o que desencoraja os eleitores e conduz a um índice recorde de abstenções. (40%). Eleito no primeiro turno, Abdelmajide Tebune, de 75 anos, que ocupou diferentes pastas ministeriais nos Governos de Bouteflika, enfrenta desde sua posse em 19 de dezembro de 2019 contestações do *Hirak* à sua legitimidade e exigências de mais ampla reforma política.

Numa tentativa conciliatória, o novo Governo submeteu a referendun em novembro de 2020 projeto de revisão constitucional mal recebido pelos militantes islâmicos, descontentes com o secularismo do documento e considerado ilegítimo e insuficiente pelos ativistas do *Hirak*. Embora menos de 15% do eleitorado se hajam manifestado, a emenda foi promulgada em janeiro de 2021.

A Argélia dedica a subsídios sociais mais do que qualquer outro membro da OPEP. Alimentos básicos, habitação, combustíveis, vem sendo subsidiados há décadas com os recursos do petróleo. A queda das cotações internacionais, falta de investimentos no setor e aumento da população se conjugam com produção declinante e estagnação da pesquisa de novas reservas de hidrocarbonetos. O FMI estima que para manter o *status quo* em matéria de subsídios à economia seria necessário que o barril de petróleo fosse cotado a US\$ 135 por um bom período de tempo.

A fragilidade geopolítica do Estado argelino

Quando visualizamos o mapa da Argélia - esse país de 2,4 milhões de km² e 45 milhões de habitantes, encravado como uma cunha na costa setentrional da África - pelo menos dois parâmetros geopolíticos despertam-nos atenção.

O primeiro constitui a concentração demográfica na faixa litorânea, que engloba menos de 20% da superfície do país, o restante representado pelo deserto do Saara em suas manifestações arenosas, rochosas ou montanhosas, onde uns poucos oásis permitem ocupação sedentária: apenas 3,5% do território são cobertos por terras aráveis. O litoral de aproximadamente 1.240 km, pontilhado de portos

naturais, abriga os principais centros urbanos – Argel, Orã, Constantine e Annabá – os terminais para escoamento de petróleo e gás liquefeito e as instalações que alimentam gasodutos submarinos com destino à Espanha e à Itália. Apesar dos investimentos na indústria e em obras de infraestrutura realizados desde a independência, o setor petrolífero responde ainda hoje por 94% das receitas de exportações e 25% do PIB. A Argélia, com reservas declinantes de petróleo bruto (cerca de 10 bilhões de barris) continua entretanto a perfilar-se como detentora de expressivas jazidas de gás natural (4,5 trilhões m³).

Um outro condicionante se traduz na vulnerabilidade de suas fronteiras e ameaças constantes à segurança nacional inerentes à própria interação com os países vizinhos, que razões históricas explicam.

Enquanto o Império Otomano priorizava as fontes de arrecadação de tributos nos territórios sob seu domínio, negligenciando a definição de fronteiras e concedendo autonomia de gestão aos governadores (*beys*), em particular nas regiões predominantemente desérticas e de população nômade, a França, em sua investida colonial na África a partir do início do século XIX, tratou de demarcá-las e reproduzir estruturas administrativas da Metrópole. Nessa compartimentação, como ocorreu em outras possessões coloniais europeias, foram desconsiderados os padrões autóctones de ocupação territorial, com o que se romperam linhas tribais e se forçou a convivência de grupos étnico-religiosos tradicionalmente hostis.

As problemáticas fronteiras da Argélia

A longa fronteira oriental com a Tunísia (1.010km) tem sido desde 2012 teatro de escaramuças entre as forças armadas tunisianas e militantes fundamentalistas islâmicos que se abrigam em suas grotas e se infiltram no território argelino. A linha limítrofe desce ao sul até a tríplice fronteira com a Líbia, a 4 km da milenar cidade de Gadamés⁵.

A delimitação com a Líbia dispõe de sofisticado sistema de vigilância, assegurado pela interposição de numerosas torres de controle de 14m de altura, dispositivos eletrônicos de alta sensibilidade, visão noturna e apoio de blindados terrestres, pelotões de infantaria treinados em combates no deserto e número crescente de *drones*. Essa estrutura começou a ser montada a partir de 2011, quando a queda de

Gadafi favoreceu o tráfico descontrolado de grande quantidade de armas e movimentação de refugiados através das porosas fronteiras.

Figura 4: Mapa da Argélia



Fonte: <<https://lh3.googleusercontent.com/-F4I5gPQJyOs/VTufm069qUI/AAAAAAAAE50/UD40Tb-2wKY/s512/argelia.PNG/>>

A fronteira sul, delineada por linhas geodésicas ainda no período colonial, separa o país de 3 antigas colônias da África Ocidental Francesa, o Níger, o Mali e a Mauritânia. Independentes desde 1960, congregam por critérios exógenos, como já dito, grupos étnicos distintos, os hauçás, os fulanis e os tuaregues. Aqueles, herdeiros de impérios sedentários rivais que sobreviveram até o final do século XVIII; os últimos, altivos em seu persistente modo de vida nômade e pastoril. Ricos em minerais estratégicos e metais preciosos esses países limítrofes ocupam o chamado Sahel – faixa de transição.

Figura 5: Formações rochosas na fronteira com o Mali que inclui também o Burquina Faso, o Chade e o grande oásis de Fezane, no sul da Líbia - entre o deserto do Saara e a savana tropical africana



Fonte: O autor

⁵Conhecida pelos antigos romanos, que ali estabeleceram uma guarnição, desde o século III A.C., esta cidade berbere edificada num oásis possui sofisticado sistema de refrigeração proporcionado por canais perfurados em pedra porosa que permite a circulação em seus muros de água fresca e ar. Seus habitantes, convertidos ao cristianismo por monges bizantinos no século VI de nossa era foram no século VIII islamizados durante a conquista árabe da região. Até o final do século XIX era ponto de paragem obrigatória das caravanas que provinham da África Equatorial em direção ao litoral no Mediterrâneo.

Se a fronteira meridional é marcada por conflitos locais e regionais, a ocidental tampouco está livre de recorrentes tensões. Desde a independência, as relações com o Reino do Marrocos têm sido pautadas por um certo número de disputas de limites, destacando-se a Guerra das Areias (1963) e a Guerra do Saara Ocidental (1975-91), bem como o consequente fechamento da fronteira (1994). Trata-se da mais extensa (1.559km) fronteira terrestre fechada no mundo. Materializa-se por barreiras topográficas naturais e, nas passagens, postos de vigilância militar, que não chegam a impedir infiltrações de pessoas e tráfico de mercadorias e armas, mesmo porque as duas regiões limítrofes são homogêneas em termos linguísticos, étnicos e tribais.

A questão do Saara Ocidental

O Marrocos reivindica desde 1957 a totalidade do território do Saara Ocidental, ex-colônia espanhola também limítrofe com a Argélia. Em 1965 a Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou resolução que instava a Espanha a descolonizar aquele arenoso território de 266.000 km² e no ano seguinte recomendou que a questão fosse submetida a referendo de seus habitantes.

Apenas em 1975, após o falecimento de Franco, a Espanha cede parcialmente às recomendações da AGNU, transferindo o controle administrativo – mas igualmente a responsabilidade de organizar o referendo – ao Marrocos e também à Mauritânia, que tinha pretensões históricas sobre uma parte do território. A Argélia, por razões geopolíticas, optou por sustentar as pretensões do movimento independentista Frente Popular de Libertação de Saguia el Hamra e Rio de Oro – a Frente Polisário. Esta última proclamou, em 1976, a República Árabe Saariana Democrática (RASD), de que a Argélia acolheu em Tindouf o governo provisório.

A Mauritânia renunciou em 1979 às suas reivindicações. Contudo as hostilidades entre os demais beligerantes tiveram prosseguimento, até um cessar fogo patrocinado pela ONU em 1991 cujos termos vêm desde então sendo monitorados por uma Operação de Paz das Nações Unidas (MINURSO). Uma série de dificuldades técnicas e censitárias e má vontade política das três partes envolvidas vêm bloqueando a realização do referendo, que previsto para 1992 ainda não tem data consensuada. Mais de 70 países chegaram a reconhecer a RASD, mas 58 voltaram atrás e hoje são somente 23 além da Argélia.

Como indica o mapa, a fronteira da RASD com a Argélia, que abriga em Tindouf o Governo Provisório e em acampamentos em El Aiube, Asmara e Auserd seus militantes e refugiados, tem pouco mais de 40km. Pequenos países

que reconhecem a soberania marroquina sobre o território, a que se juntam agora os Estados Unidos, abriram Consulados, no Porto de Dakhla.

Figura 6: Situação do Saara Ocidental – MINURSO



Fonte: <<https://www.diploweb.com/IMG/jpg/LaSituationActuelleDuSahara-Occidental.jpg>>

Havendo-se apoderado de 80% do território contestado, Marrocos detém o controle do litoral, explora os principais recursos da antiga possessão espanhola - fosfatos e fauna marinha – e construiu muralha de arenito, intercalada por *bunkers* e campos minados, que separa a área sob seu domínio da parcela restante, sob controle da Frente Polisário.

Um certo *modus vivendi* entre a Argélia e o reino vizinho parecia consolidado com o cessar-fogo de 1991. O fechamento da fronteira terrestre desde 1994, além de não poder ser aplicado com a desejada rigidez não afetou as ligações aéreas e marítimas entre os dois países. Entretanto, em seus últimos dias de Governo, uma decisão do Presidente dos EUA Donald Trump sacudiu o delicado equilíbrio existente. Em troca do estabelecimento de relações com Israel, os Estados Unidos reconheceriam a total soberania marroquina sobre o Saara Ocidental. Como primeiro passo concretizaram em janeiro de 2021 a abertura de Consulado no porto pesqueiro de Dakhla (antiga *Villa Cisneros*), em território controlado pelo Marrocos e reivindicado pela RASD. O acordo incluiu um pacote de US\$ 3 bilhões para apoio a “investimentos privados” na área contestada.

Colocando de lado a fantasia diplomática, mantida há meio século, de que é parte interessada mas não litigante no conflito, Argel multiplica no momento esforços diplomáticos com a Administração do atual presidente dos EUA, John Biden, para tentar reverter a decisão, com escassas probabilidades de êxito diante do artificialismo da república saariana e da importância do preço político pago pelo Marrocos.

A Guerra do Sahel

A porosidade de suas fronteiras com os conturbados países vizinhos, principalmente Líbia, e a faixa do Sahel constitui fator adicional de desestabilização. Numa consequência tangencial dessas três décadas de turbulência na Argélia independente os rebeldes fundamentalistas muçulmanos, em busca de santuário em sua retaguarda, distribuíram-se pela região e disseminaram a visão radical e militante do Islã, que privilegia a guerra santa – o Jihad – contra os infiéis e seus costumes.

Hoje inspirados pelo movimento fundamentalista árabe Al-Qaeda, esses militantes encontraram oportunidade áurea ao eclodir a revolta separatista dos *tuaregues* que pretendiam criar um Estado independente no norte do Mali, na região de Azauade, em 2012.

A França intervém militarmente na região desde 2013, combatendo por terra e ar tanto os separatistas tuaregues quanto os fundamentalistas islâmicos de diferentes etnias: contabilizava em janeiro de 2021 a perda de 55 militares. Conta com apoio de inteligência norte-americana e de pequenos contingentes de tropas de elite de outros países europeus: Reino Unido, República Checa, Estônia, Dinamarca, Suécia. Em nome das Nações Unidas, a MINUSMA mobiliza no Mali cerca de 16 mil homens, essencialmente militares e policiais, provenientes de 50 Estados contribuintes, particularmente Alemanha e países africanos francófonos, que já deploram mais de uma centena de mortos em suas fileiras.

Reivindicações identitárias berberes

Um dos desdobramentos da instabilidade política e vicissitudes econômicas experimentadas pela República argelina traduz-se pelo movimento de recuperação, por uma parte expressiva da sua população, das raízes autóctones anteriores à conquista árabe ocorrida no século VIII de nossa era. Considerados “bárbaros” pelos historiadores gregos e romanos antigos – daí a denominação moderna de “berberes” – tiveram participação preponderante na conquista aos visigodos da Península Ibérica, e o nome de seu chefe militar Tariq está perpetuado no estreito que aproxima a Europa da África setentrional⁶.

Com tipos físicos diferentes porém unidos por uma herança linguística e estilos de vida comuns esses “berberes” chamam-se a si mesmos de *imazighen*, que significa “homens livres” (no singular *amazigh*) e se espalham por todo o norte da África, do Atlântico ao Oásis de Siua, no Egito. Historicamente foram conhecidos como mazices,

numídios, getúlios ou mouros, entre outras particularizações. Muçulmanos sunitas em sua maior parte, os *imazighen* reconhecem também como participantes de sua etnia minorias cristãs e judaicas.

As tentativas dos *imazighen* para serem reconhecidos como povo integrante da Nação argelina encontraram de início a sólida barreira do pan-arabismo preconizado por Nasser, no Egito; e pelo Partido Baas, na Síria e mais tarde no Iraque. Os documentos fundamentais da estruturação da Argélia independente omitem a dimensão berbere da população e já em 1963 uma insurreição armada na região da Cabília, no nordeste do país, é sufocada com rigor e denunciada como secessionista.

Figura 7: Festival berbere na Cabília, que uma jovem registra em *selfie* no seu celular



Fonte: O autor

Durante três décadas as autoridades reprimem a “propaganda berberista” e proíbem o ensino e a divulgação da língua *tamazight*. Desde meados dos anos 90 essas restrições têm sido amenizadas. Entretanto, a participação expressiva de militantes berberes autonomistas no movimento *Hirak* arvorando bandeira própria e portando cartazes que reclamam a secessão da Cabília reforça os temores de um esfacelamento territorial do país.

Conclusão

Quarta potência econômica na África (após Nigéria, África do Sul e Egito), padece a Argélia da volatilidade das cotações do petróleo e gás, responsáveis por 95% da receita de exportações, e progressivo exaurimento de suas reservas; da instabilidade política e social que engendra na sociedade a busca de caminhos alternativos - como o representado pelo fundamentalismo islâmico – enquanto enfrenta a insatisfação das parcelas mais jovens e reivindicações identitárias de parte expressiva de sua população. A sua composição

⁶A tomada da Península Ibérica aos visigodos foi conduzida pelo chefe berbere Tariq Ibn Ziyad. Daí o nome Gibraltar = Jebel-al-Tariq = Monte de Tárique.

étnica e legado histórico a inserem, ademais, como partícipe nos recorrentes conflitos e turbulências transfronteiriços, enquanto a condição de fornecedor declinante, mas ainda expressivo, de bens energéticos – petróleo e sobretudo gás – para a Europa condiciona suas opções de política externa.

Nesses 58 anos de vida independente as Forças Armadas vêm garantindo a segurança nacional contra ameaças externas e arbitrando controvérsias políticas, contendo surtos separatistas e impedindo a ascensão ou combatendo correntes extremistas laicas e religiosas. Desgastadas por não haverem correspondido às expectativas despertadas pela libertação do jugo colonial, primeiro com a experiência de matriz socialista conduzida pelo partido único FLN até 1979, e subsequentemente nas mal-sucedidas tentativas de liberalização econômica e política, as Forças Armadas passaram a ser vistas como casta privilegiada empenhada em manter benefícios corporativos, acumulados, principalmente, durante os 20 anos em que sustentaram Huari Bouteflika no poder.

Os movimentos populares que impediram a concessão de um quinto mandato sucessivo a Bouteflika em 2019 já adquirem dinâmica própria após um ano de não declarada trégua sanitária, e embora com pautas ainda difusas, convergem na exigência de radicais mudanças na estrutura do poder. A crescente presença de consórcios chineses no Magrebe (denominação histórica árabe do noroeste africano) introduz um novo ator no cenário político regional enquanto o combate liderado pela França aos militantes jihadistas no Sahel repercute nas permeáveis fronteiras meridionais. A decisão norte-americana de reconhecer a soberania marroquina no Saara Ocidental em troca da normalização das relações do Reino vizinho com Israel desmantela um dos pilares da política externa argelina, principal sustentáculo da RASD desde sua proclamação em 1976.

Durante 5 décadas o país se valorizava como detentor de um grande ativo econômico e posição estratégica no Mediterrâneo mas vem se transformando numa bomba-relógio social, que atemoriza uma Europa já desestabilizada pelas ondas migratórias originárias do Sahel e do Oriente Médio. Tornou-se também partícipe involuntário do conflito que permeia sua fronteira sul envolvendo a ex-metrópole colonial e a militância de grupos étnicos aglutinados pelo fervor religioso muçulmano.

Para contrabalançar a tradicional presença russa e a crescente influência do novo ator chinês na Região, os EUA monitoram e apoiam as campanhas militares francesas no Sahel além de demonstrar a intenção de exercer o seu poder diplomático e econômico, se necessário com o respaldo militar, no encaminhamento de conflitos e problemas estruturais do Magrebe.

Não havendo encontrado ainda um modelo político-institucional que cimente suas clivagens sociais, reforce a coesão étnica e equacione as fragilidades geopolíticas, a Argélia encontra óbices imensos para alterar um modelo de gestão econômica e política inviabilizado pela queda das receitas petrolíferas para corresponder às demandas das novas gerações. Seu destino dependerá, cada vez mais, da resultante de forças das potências estrangeiras que competem pela hegemonia na região: a Europa, que ali se abastece de petróleo e principalmente gás e teme novos surtos migratórios; a Rússia, tradicional fornecedora de equipamentos e material de uso militar, volta a ocupar espaços que a antiga URSS detinha no Oriente Médio e na África; a China, que expande sua presença na região como fornecedora de bens e serviços; e os Estados Unidos empenhados em conter a expansão de seu grande rival asiático.

